



Processo Seletivo para Ingresso no Estágio de Direito da Subseção Judiciária de Gurupi/TO - 2016

PROVA – TIPO 1

INSTRUÇÕES

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **ESCRITA** não poderão ser substituídos, portanto não o rasure nem amasse.
2. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** em letra cursiva legível, para posterior exame grafológico:

"A Justiça é o fundamento da sociedade."

3. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **ESCRITA**.

4. Na prova objetiva há 30 questões de múltipla escolha, com quatro opções: A, B, C e D.

5. No CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA**, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.

| 01 | 02 | 03 | 04 |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> A | <input type="radio"/> A | <input type="radio"/> A |
| <input type="radio"/> B | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> B | <input type="radio"/> B |
| <input type="radio"/> C | <input type="radio"/> C | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> C |
| <input type="radio"/> D | <input type="radio"/> D | <input type="radio"/> D | <input type="radio"/> |

6. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
7. Ao receber a ordem do fiscal de sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
8. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.). Os equipamentos deverão ser desligados e acondicionados em envelopes próprios.
9. Havendo necessidade de ausência da sala, solicite autorização do fiscal.
10. Ao terminar as provas, chame o Fiscal de Sala mais próximo, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **ESCRITA**.
11. A saída do local de prova só poderá ocorrer depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará sua exclusão do concurso.
12. O candidato poderá levar o CADERNO DE PROVA somente depois de transcorridas pelo menos **02 horas** de início da prova.



PROVA OBJETIVA

DIREITO PENAL

1 - Para fins da contagem do prazo no Código Penal,

- a) o dia do começo e do vencimento deverão estar expressamente previstos em face do princípio da reserva legal.
- b) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se as horas, os dias, os meses e os anos.
- c) não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- d) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

2 - No concurso de pessoas,

- a) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, essa pena será aumentada de 1/3 a 2/3, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- b) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- c) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.
- d) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.

PROCESSUAL PENAL

3 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que

- a) cessar os atos preparatórios, no caso de tentativa.
- b) o crime foi praticado.
- c) a vítima completar dezoito anos, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
- d) for interrompida a execução provisória da pena.

4 - Nos termos do art. 109, § 5º da Constituição da República de 1988, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal é cabível nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Pode ser suscitado pelo _____ junto ao _____.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas:

- a) Procurador-Geral da República ... STJ
- b) Procurador-Geral da República ou Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... STF
- c) Órgão Especial de Tribunal de Justiça ... STF
- d) Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... STF

5 - A respeito dos prazos para a conclusão do inquérito policial no âmbito da Justiça Federal, considerando as normas processuais penais, é correto afirmar que, se o réu está preso, o prazo é de

- a) 15 dias; estando o réu solto, o prazo é de 30 dias.
- b) 15 dias; estando o réu solto, o prazo também é de 15 dias.
- c) 15 dias; estando o réu solto, o prazo é de 90 dias.
- d) 10 dias; estando o réu solto, o prazo é de 30 dias.

DIREITO CIVIL

6 - A Caixa Econômica Federal (CEF) ajuizou ação de indenização contra a empresa “A”. Ao final da demanda, o pedido foi julgado procedente e a empresa demandada condenada ao pagamento da indenização, bem como das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios. Pretendendo cobrar da empresa “A” os valores que despendeu um juízo no curso do processo, a CEF deverá exercer esta pretensão a partir da data do trânsito em julgado, e deverá observar o prazo prescricional de

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 4 anos.
- d) 5 anos.

7 - Considere as assertivas abaixo sobre capacidade civil.

I - São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.



II – São relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

III - São relativamente incapazes os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

Quais são corretas?

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas II e III

PROCESSUAL CIVIL

8 - Em 18 de março de 2016 entrou em vigor o Novo Código de Processo Civil. Na data de entrada em vigor do novo código havia em tramitação na Justiça Federal em Gurupi processo cuja sentença foi prolatada em 15 de março de 2016 e a intimação da parte ocorreu no quarto dia de vigência do Novo Código de Processo Civil. Com base em tais dados marque o item correto.

- a) O prazo recursal será contado integralmente conforme disposições do CPC de 1973.
- b) O prazo recursal será contado conforme norma que mais beneficie o recorrente.
- c) O prazo recursal será integralmente contado conforme disposição do Novo Código de Processo Civil.
- d) O prazo recursal será contado conforme o CPC de 1973 até a data de entrada em vigor do Novo CPC e conforme o Novo código após o dia 18 de março de 2016.

9 - Sobre o processo e procedimento no âmbito dos Juizados Especiais Federais (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001), marque o item correto:

- a) É cabível apelação das sentenças proferidas no âmbito dos juizados especiais federais, sendo ela direcionada à Turma Recursal.
- b) Os Juizados Especiais federais são regidos pelo princípio da formalidade.
- c) a estrutura da sentença no âmbito do Juizado Especial é diversa da sentença proferida no âmbito do processo que tramita sob o rito ordinário, uma vez que naquela é dispensado o relatório.
- d) Das decisões das Turmas Recursais é cabível Recurso Especial ao STJ.

10 - A Faculdade particular GAMA, por meio de seu reitor, recusou-se a expedir diploma de conclusão de curso para a aluna Beta sob a alegação de que ela encontrava-se inadimplente de algumas mensalidades, apesar de ter concluído com êxito todas as matérias do curso. Diante de tal situação, marque a alternativa correta.

- a) mostra-se cabível a apresentação de mandado de segurança contra tal ato sendo competente para julgar o feito a Justiça Federal por atuar a faculdade, no caso de expedição de diplomas, como delegatária do Ministério da Educação.
- b) mostra-se cabível a apresentação de mandado de segurança, sendo competente para julgar o feito a Justiça Estadual, sendo o reitor autoridade estadual delegatário da secretaria da educação.
- c) não é possível a apresentação de mandado de segurança uma vez que reitor de faculdade particular não é autoridade, sendo possível apenas a apresentação de ação ordinária.
- d) não é possível a apresentação de mandado de segurança uma vez que reitor de faculdade particular não é autoridade, sendo possível apenas a apresentação de ação junto ao juizado especial.

11 - O Novo Código de Processo Civil apresentou mudanças importantes na estrutura da tutela provisória, que na sistemática anterior era denominada antecipação dos efeitos tutela e era regulada pelo art. 273 do CPC. Sobre a tutela provisória no Novo CPC, marque o item correto.

- a) assim como ocorre na coisa julgada, a estabilização da lide impede que a lide estabilizada seja rediscutida em outra ação, sendo que em ambos os casos há resolução do mérito com cognição exauriente.
- b) a estabilização da lide também opera no caso de tutela provisória do tipo antecipada em caráter incidental.
- c) a estabilização da lide não ocorre na tutela provisória antecedente de evidência.
- d) aplica-se a estabilização da lide na tutela de urgência cautelar antecedente

12 - Sobre a condenação em honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil, marque o item correto.

- a) Em caso de sucumbência recíproca os honorários advocatícios serão compensados.
- b) Não há limites percentuais máximos a serem considerados pelo magistrado, devendo o percentual ser fixado com base na proporcionalidade e na qualidade do serviço prestado pelo advogado e no tempo estimado gasto com o processo.
- c) Não é devido o pagamento de honorários advocatícios aos advogados públicos uma vez que são remunerados pelos cofres da União.
- d) É cabível a condenação em honorários advocatícios também nas execuções não resistidas.



13 - Sobre a contagem de prazo no Novo Código de Processo Civil, marque a alternativa correta.

- a) Os prazos não processuais previstos no Novo Código de Processo Civil serão contados em dias úteis.
- b) No caso de litisconsortes o prazo para manifestação não será dobrado caso se trate de processo eletrônico.
- c) No caso de litisconsortes, o prazo para resposta do réu não é comum, tendo-se início para cada requerido em separado a contar da juntada de cada uma das citações.
- d) O prazo para a apresentação de Embargos de Declaração é de 15 (quinze) dias úteis.

14 - Sobre a produção de provas no Novo Código de Processo Civil, marque o item correto.

- a) O Novo CPC adotou a teoria estática da distribuição do ônus da prova.
- b) O Novo CPC adotou a teoria dinâmica da distribuição do ônus da prova.
- c) O depoimento pessoal deve ser requerido pela parte que quer depor e não pela parte adversa.
- d) A alegação de falsidade de documento apresentado acostado na petição inicial deverá ser feita por meio do incidente de falsidade documental e não na contestação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 - A Sra. Joaquina mora no Município de Taguatinga/To, município esse que não é sede da Justiça Federal, porém é abrangida pela competência territorial da Subseção Judiciária de Gurupi/To. A Sra. Joaquina pretende apresentar ação previdenciária com o intuito de obter aposentadoria por idade. Com base no disposto no art. 109 da CF/88, julgue o item correto.

- a) A ação somente poderá ser apresentada na Subseção Judiciária de Gurupi.
- b) A ação somente poderá ser apresentada na Seção Judiciária de Palmas ou na Subseção Judiciária de Gurupi.
- c) A ação poderá ser apresentada na Subseção Judiciária de Gurupi ou na Justiça Estadual em Taguatinga/TO
- d) A ação somente poderá ser apresentada na Justiça Estadual em Taguatinga/TO.

16 - O Tratado XXY foi aprovado por 2/3 dos votos dos congressistas nacionais em dois turnos. Já o tratado de direitos humanos YYX foi aprovado por maioria simples no congresso nacional em dois turnos. Com base nas disposições do art. 5º. § 3º da CF/88 e na jurisprudência do STF, marque a alternativa correta.

- a) O tratado XXY será recepcionado como emenda constitucional e o tratado YYX como lei ordinária, podendo esse último ser revogado por lei ordinária posterior.
- b) Tanto o tratado XXY, quanto o tratado YYX serão recepcionados como leis ordinárias.
- c) Tanto o tratado XXY, quanto o tratado YYX serão recepcionados como emendas constitucionais
- d) O tratado XXY será recepcionado como emenda constitucional e o tratado YYX como lei ordinária, não podendo esse último ser revogado por lei ordinária posterior em vista de seu caráter supralegal

17 - Sobre a composição do Poder Judiciário após a EC nº 45, julgue o item correto.

- a) O Conselho da Justiça Federal funciona junto ao STF.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário.
- c) Apenas com a EC n. 92/2016 que o Tribunal Superior do Trabalho passou expressamente a ser considerado como Órgão do Poder Judiciário.
- d) As alternativas b e c estão corretas.

18 - A Caixa Econômica Federal pretende apresentar Mandado de Segurança em face de decisão de Juiz Estadual no exercício de Jurisdição meramente estadual. Nesse caso, com base no art. 109 da CF/88, a competência para processar e julgar esse mandado de segurança será do seguinte órgão:

- a) Tribunal Regional Federal
- b) Juiz Federal de primeira instância
- c) Tribunal de Justiça
- d) Superior Tribunal de Justiça

19 - Em relação à organização do Estado, marque a alternativa correta.

- a) Os potenciais de energia hidráulica pertencem ao Estado
- b) Pertencem aos índios as terras tradicionalmente ocupadas por eles.
- c) O subsolo pertence a quem é o proprietário do solo
- d) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

20 - Com relação ao regime jurídico constitucional dos Servidores Públicos, marque a alternativa errada:

- a) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.
- c) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.



d) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração aplica-se o regime geral de previdência social.

21 - Quanto ao controle concentrado e abstrato de constitucionalidade, marque a alternativa correta:

- a) Caberá à Procuradoria Geral da República a defesa do ato normativo impugnado.
- b) Não cabe controle concentrado e abstrato de constitucionalidade de lei orçamentária por não ser ela dotada de abstração e generalidade.
- c) Decisão que julga procedente ação direta de inconstitucionalidade possui efeito repressinatório em relação à legislação revogada pela lei declarada inconstitucional.
- d) Ação Declaratória de Constitucionalidade não pode ser apresentada por presidente da república no caso de leis de sua iniciativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

22 - A propósito dos entes que integram a Administração Indireta, considere as afirmativas abaixo:

I - As autarquias são dotadas de personalidade jurídica de direito público, possuem capacidade de auto-administração e se distinguem das pessoas políticas no que concerne à competência legislativa, pois não a detêm, o que não impede, todavia, que lhes seja transferida a titularidade e a execução de serviços públicos.

II - As sociedades de economia mista admitem participação privada em seu capital, enquanto as empresas públicas não; ambas se submetem ao regime jurídico típico das empresas privadas, embora possam ter que se submeter à regra de exigência de licitação para contratação de bens e serviços.

III - Tanto as autarquias, quanto as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei, permitido as segundas um certo grau de flexibilização no regime jurídico a que estão submetidas, com derrogação por normas de direito privado, tais como possibilidade de contratação de servidores público sem submissão a concurso público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e II.

23 - Em matéria de responsabilidade civil da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) A responsabilidade civil prevista constitucionalmente, seja por ação ou por omissão, está fundada na Teoria do Risco Integral.
- b) Os atos legislativos, em regra, não acarretam responsabilidade extracontratual do Estado.
- c) Os atos jurisdicionais são absolutamente isentos de responsabilidade civil.
- d) A responsabilidade civil da Administração é do tipo subjetiva se o dano causado decorre só pelo fato ou por má execução da obra.

24 - Considere as seguintes assertivas:

I A administração pública não pode atuar com o objetivo de prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, nem os seus atos devem ser imputados aos servidores que os praticam, mas ao órgão da administração pública.

II A administração deve agir de modo célere, com o melhor desempenho possível de suas atribuições, visando obter os melhores resultados.

No direito administrativo, essas assertivas correspondem, respectivamente, aos princípios da:

- a) impessoalidade e da eficiência.
- b) impessoalidade e da razoabilidade.
- c) supremacia do interesse público sobre o individual e da proporcionalidade.
- d) legalidade e da eficiência.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

25 - A entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social, como no caso da saúde e da assistência social, constitui o princípio:

- a) equidade na forma de participação no custeio.
- b) universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) seletividade na prestação dos benefícios e serviços
- d) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais

26 - Considere as assertivas abaixo:



I – Período de carência é o prazo em que a pessoa mantém a qualidade de segurado, embora não esteja vertendo contribuições, podendo ou não ter limite, nos termos da lei, e conservando todos os seus direitos perante a previdência social.

II - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 24 (vinte e quatro) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

III - A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei: completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. Esses limites são reduzidos para 60 (sessenta) e 55 (cinquenta e cinco) anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres.

IV - Independe de carência a concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.

Segundo a Lei nº 8.213/91, está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) II, III e IV
- b) II e III.
- c) III e IV
- d) Todas as assertivas estão corretas.

27 - Em relação ao auxílio-doença e ao benefício de prestação continuada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O benefício de prestação continuada não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- b) O auxílio-doença não será devido ao segurado que se filiar ao regime geral de previdência social com doença preexistente e a invocar para a concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão da doença.
- c) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- d) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido em lei, ficar incapacitado para sua atividade laboral por, no mínimo, 30 (trinta) dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

28 - Em maio de 2016 o Poder Executivo Federal alterou, via Decreto, alíquota do IOF incidente sobre o câmbio de 0,38% para 1,1%. A alteração passou a vigor na semana seguinte à alteração promovida por decreto, ainda no mês de maio de 2016. Levando em consideração os preceitos constitucionais tributários, marque a alternativa correta.

- a) A alteração promovida é inconstitucional por ferir o princípio da anualidade tributária.
- b) A alteração é constitucional pois qualquer alteração na alíquota do IOF sobre cambio independe de lei ordinária.
- c) A alteração será constitucional se o novo percentual estiver dentro dos limites estabelecidos em lei.
- d) Mesmo que a nova alíquota esteja dentro dos limites estabelecidos em lei a alteração é inconstitucional por ferir o princípio da anterioridade tributária.

29 - Sobre o princípio da anualidade, marque a alternativa correta:

- a) Esse princípio não foi previsto na CF/88 em relação ao direito tributário
- b) Está previsto na CF/88 e também é chamado de princípio da anterioridade tributária nonagesimal
- c) Está previsto na CF/88 e também é chamado de princípio da anterioridade tributária geral
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

30 - A União, por meio de lei, criou incentivos fiscais, por meio de créditos, para empresas se instalarem na região de Manaus, com fito de se desenvolver aquela região do País. Os incentivos afetam o IPI e a COFINS. Com base nas disposições constitucionais, marque o item correto.

- a) O incentivo é inconstitucional por violar a vedação da concessão de isenções heterônomas.
- b) O incentivo é inconstitucional por violar o princípio da uniformidade tributária
- c) O incentivo é constitucional por se adequar à exceção do princípio da uniformidade tributária.
- d) O incentivo é inconstitucional por violar o princípio da igualdade tributária, que exige tratamento tributariamente equânime entre todas as regiões do país.



PROVA ESCRITA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 (quarenta) linhas** será desconsiderado.
- É vedada qualquer identificação na folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora.

“O governo inglês gerou superávit orçamentário apenas seis vezes desde 1975. O governo dos Estados Unidos gerou superávit orçamentário em apenas cinco anos desde 1960. Nos 25 anos entre 1965 e 1990, o déficit federal anual foi superior a 3% do produto interno bruto do país apenas duas vezes. Nos últimos 25 anos isso aconteceu treze vezes. Um número impressionante de países tem acumulado dívidas equivalentes a mais de 100% do PIB...”

“...De Baltimore a Brasília, as dívidas servem para engordar direitos sociais. George Bernad Shaw certa vez gracejou que os políticos sempre podem confiar no voto de Paul se lhe derem o dinheiro que roubaram de Peter. Esse artifício disfarça o problema da democracia, uma vez que Paul é velho e Peter é criança ou ainda não nasceu”. (Trechos tirados do livro “A quarta revolução – A corrida Global para reinventar o Estado” – autores John Micklethwait e Adrian Wooldroge)

“Direitos são regularmente descritos como invioláveis, peremptórios e conclusivos. Mas, essas são afirmações meramente retóricas. Nada que custa dinheiro pode ser absoluto. Nenhuma imposição legal que pressupõe gasto público oriundo dos pagadores de impostos pode, no final do dia, ser protegido de forma unilateral pelo judiciário sem considerar o impacto orçamentário”. (trecho do livro The Cost of the rights – Why liberty depends on taxes – autores Stephen Holmes e Cass. R. Sustein. Tradução livre).

“A justiça intergeracional consiste, a priori, na busca de instrumentos de preservação de bem-estar para todas as gerações, sem prejuízo para nenhuma delas. No entanto, ainda que se admita sua existência, os critérios de aferição e ação, especialmente pela inclusão de diversas variáveis, como inflação e desequilíbrios intrageracionais, dificultam consensos sobre a matéria”. (trecho retirado do livro A previdência social no Estado Contemporâneo – autor: Fabio Zambitte Ibrahim)

“O empreendimento de um a cultura dos direitos humanos implica na compreensão de que o respeito aos direitos, a realização da Constituição social, e o provimento cidadão nos direitos, são todos eles fatores de socialização indispensáveis, e, para isso, não é necessário seguir a lógica neoliberal, mas avançar no sentido de constituir nas políticas de Estado, formas avançadas de provimento do que é mais elementar e constitutivo à vida social, onde se encontram os direitos social” (trecho do artigo: CRISE ECONÔMICA E CRISE DO DIREITO: A INEFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO – autor: Eduardo C. B. Bitar. Publicado em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67911/70519>)

Considerando os textos motivacionais acima, o cenário econômico brasileiro atual, o início dos debates no âmbito político brasileiro de nova reforma da previdência, bem como o princípio do entrincheiramento, que afirma que os direitos fundamentais não podem regredir e o princípio da reserva do possível, que afirma que a expansão dos direitos fundamentais está limitada à capacidade financeira do Estado, disserte abordando como se relacionam e como seria possível adequar ao mesmo tempo os limites financeiros do Estado e a crescente demanda pela realização e manutenção de direitos individuais e sociais por parte dos cidadãos. Ao longo da dissertação, o candidato deverá, necessariamente, enfrentar ainda os seguintes pontos:

- 1) **Considerando a teoria das gerações dos direitos fundamentais, existem direitos fundamentais negativos sob o ponto de vista do gasto público?**
- 2) **Seria possível, em um cenário de crise econômica, restringir direitos sociais, dentre eles o direito de acesso à benefícios previdenciários, ou individuais?**



RASCUNHO

Blank lined area for writing the answer.